

Lixo, vagabunda, piranha, puta e louca: efeitos de sentido e determinações discursivas em relatos de mulheres vítimas de violência doméstica

Garbage, slut, whore, tramp, and crazy: effects of meaning and discursive determinations in reports of women who were victims of domestic violence

Suzana Schmechel de Avila¹
Luciana Iost Vinhas²

Resumo: O presente artigo, com base na proposta teórico-analítica da Análise Materialista de Discurso, apresenta uma reflexão sobre a violência doméstica a partir de relatos-testemunho de mulheres que sofreram essa violência. Os relatos foram publicados pelo coletivo Filhas de Frida através da campanha Ajudem Aquela, a qual teve o objetivo de conscientizar sobre os efeitos da violência contra mulheres no âmbito doméstico. A descrição e a interpretação do *corpus*, composto por três sequências discursivas recortadas dos relatos, ancoram-se na análise de adjetivos usados para fazer referência às mulheres pelos seus parceiros, sendo o processo discursivo analisado pelo viés das determinações discursivas; são eles: *lixo, vagabunda, piranha, puta e louca*. Com o estudo, é possível concluir que a ideologia trabalha produzindo as evidências sobre o que é ser mulher, fazendo permanecer um universo semanticamente estabilizado sobre o comportamento feminino que atende à lógica dominante de exploração e opressão entre os gêneros.

Palavras-chave: Análise Materialista do Discurso; determinação discursiva; violência doméstica; adjetivos.

Abstract: This article, based on the theoretical-analytical proposal of the Materialist Discourse Analysis, presents a reflection on domestic violence from testimonies of women who have suffered this violence. The reports were published by the Filhas de Frida collective through the Ajude Aquela campaign, which aimed to raised awareness of the effects of violence against women in the domestic sphere. The description and the interpretation of the corpus, composed of three discursive sequences cut from the reports, was anchored in the analysis of adjectives used to refer to women by their partners, with the discursive process being analyzed through the bias of discursive determinations; they are: *garbage, slut, whore, tramp, and crazy*. With the study, it is possible to conclude that ideology works by producing evidence about what it is to be a woman, making it remain a semantically stabilized universe on female behavior that meets the dominant logic of exploitation and oppression between genders.

Keywords: Materialist Discourse Analysis; discursive determination; domestic violence; adjectives.

¹ Universidade Federal de Pelotas, Programa de Pós-Graduação em Letras, Pelotas, RS, Brasil. Endereço eletrônico: suzana-avila@hotmail.com.

² Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Letras, Porto Alegre, RS, Brasil. Endereço eletrônico: luciana.vinhas@ufrgs.br.

Considerações iniciais

Temos observado, nas últimas décadas, um movimento intenso de reivindicações advindas de grupos historicamente subalternizados e objeto de domínio das forças patriarcais, racistas e capitalistas que organizam nossa formação social. As reivindicações abrangem um campo amplo de demandas desses grupos, que envolve desde políticas de equiparação salarial até a redução da violência para com seus membros. No que concerne às mulheres, a pauta da violência doméstica ganha especial destaque, considerando que, mesmo com a promulgação da Lei Maria da Penha, em 2006, os números oficialmente registrados de casos de violência doméstica e de feminicídio³ não diminuíram, e o país segue ocupando lugar no topo dos que mais registram casos de feminicídio⁴.

Nesse contexto, com pouco amparo do Estado, as mulheres conseguem estabelecer laços de ajuda e suporte através de iniciativas não-governamentais, em coletivos organizados para a proteção e a erradicação das diferentes violências sofridas pelas mulheres, tão comuns em uma sociedade fortemente marcada pela opressão patriarcal. Uma dessas iniciativas foi advinda do coletivo feminista Filhas de Frida, que, através de seu site e de seus perfis nas redes sociais, divulgou depoimentos de mulheres que sofreram violência doméstica, na tentativa de criar uma rede de apoio e de identificação, na qual outras mulheres que ainda não conseguiram romper o ciclo de violência pudessem se engajar.

Também como uma tentativa de fazer coro às iniciativas de combate à violência contra a mulher, o presente artigo toma como objeto de análise alguns dos depoimentos publicados pelas Filhas de Frida, para, com sustentação teórico-analítica na Análise Materialista de Discurso, lançar reflexões sobre a forma como as mulheres constroem suas subjetividades em face da violência: uma violência íntima, familiar, conjugal, que não consegue estabelecer limites entre o crime e o amor. Então, o trabalho toma como suporte teórico-analítico a concepção de discurso do campo materialista, conforme elaboração de Michel Pêcheux, compreendendo que as condições de produção, o sujeito e a história se constituem como elementos fundamentais para a produção do sentido. A entrada no *corpus* se dá pela categoria do excesso, conforme proposta por Ernst (2009), para tentar compreender o funcionamento

³ O assassinato de mulheres pela condição de serem mulheres ganhou legislação específica, no Brasil, no ano de 2015, durante o governo Dilma Rousseff. Assim, segundo a Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015, prevê o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, sendo incluído dentre os crimes hediondos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/13104.htm. Acesso em: 01 fev. 2022.

⁴ O Brasil é o quinto país do mundo no ranking de homicídios de mulheres. Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/feminicidio/capitulos/qual-a-dimensao-do-problema-no-brasil/>. Acesso em: 28 jan. 2022.

discursivo ligado ao excesso dos adjetivos materializados nos relatos-testemunhos das mulheres vítimas de violência doméstica.

Os relatos-testemunho e as condições de produção do discurso

Vamos analisar relatos-testemunho publicados no site Filhas de Frida e divulgados pela campanha Ajude Aquela, que circularam nos perfis das redes sociais do coletivo. Filhas de Frida é um coletivo feminista, cultural e político que se apresenta na forma de revista virtual na internet e organiza-se mantendo site⁵, página no Facebook e no Instagram. Através desses meios midiáticos, o coletivo propõe-se a discutir, conscientizar, orientar e informar a população sobre temáticas que envolvem, principalmente, violência contra mulheres. Além de estarem ativamente militando através de ferramentas midiáticas, o coletivo faz intervenções nas ruas, buscando sempre conscientizar a população sobre as bandeiras que defende. Todas as informações sobre o coletivo e as intervenções que ele propõe podem ser conferidas nas plataformas disponíveis na internet.

O grupo utiliza os sites de rede social⁶ para ampliar o repasse de informações sobre temas não só de mulheres, mas para mulheres e para a sociedade de um modo geral. Essas ferramentas contribuem para a ampliação e a manutenção das conexões sociais entre os indivíduos, no repasse de informações (RECUERO, 2009). Dessa forma, utilizando os sites de rede social, o coletivo se propõe a estender o debate sobre violência contra mulheres, propagando informações relevantes sobre o tema.

O coletivo Filhas de Frida é composto por quatro mulheres responsáveis por criar projetos e divulgá-los no site e nas páginas de rede social. Nessas plataformas digitais, é possível ter acesso a matérias sobre feminismo, política e assuntos culturais dos mais diversos grupos.

Uma das intervenções desse grupo é o projeto chamado Ajudem Aquela, que reúne relatos de mulheres vítimas de relacionamentos abusivos permeados por todos tipos de violência. A iniciativa contou com a colaboração de diversas mulheres que escolheram voluntariamente compartilhar suas histórias a fim de servir de apoio a outras vítimas de relações abusivas e para conscientizar outras mulheres. Todos os relatos foram enviados às

⁵ O site <https://filhasdefrida.com/> estava acessível quando da escrita do artigo, em 19/06/2020. No entanto, no momento da revisão para submissão para publicação, em janeiro de 2022, o site estava fora do ar. No entanto, a página do Facebook segue ativa (<https://www.facebook.com/filhasdefrida>), bem como o perfil do Instagram (<https://www.instagram.com/filhasdefrida/>).

⁶ São espaços que representam, na internet, as redes sociais construídas nas interações sociais de um grupo (RECUERO, 2009).

organizadoras do coletivo Filhas de Frida e postados por elas no site em uma seção destinada ao Ajudem Aquela. Ao todo, foram vinte e seis histórias de relacionamentos abusivos compartilhadas e acessíveis ao público.

Pela perspectiva da Análise do Discurso (AD), consideramos os depoimentos dessas mulheres como testemunhos, no sentido proposto por Mariani (2016, p. 51). A autora diz que o testemunho “aponta para um falar urgente, para o não esquecer e para não deixar os outros esquecerem”. Os testemunhos compartilhados pelas mulheres vítimas de violência doméstica são de experiências marcantes e dolorosas, cada uma à sua maneira em cada mulher, mas ainda assim traumáticas, fazendo parte de suas memórias. Por entender os relatos como testemunhos, denominaremos o *corpus* desta pesquisa daqui em diante de relato-testemunho (RT). Optamos por conservar a nomenclatura *relato* tal como foi divulgado na página do coletivo e acrescentar a denominação teórica *testemunho*, tendo em conta os relatos como uma forma específica de narrar uma experiência de vida traumática.

No mesmo sentido de estudo sobre testemunho, Bocchi (2017), pelo viés da AD, fala sobre o funcionamento do testemunho de violência obstétrica a partir de relatos recortados de blogs sobre o tema. Segundo a autora, a exposição desses testemunhos de parto constitui em “prática política capaz de produzir uma memória, contra o esquecimento da violência e sua consequente naturalização” (BOCCHI, 2017, p. 80). Além disso, os testemunhos caminham no sentido de romper o silêncio que corrobora com o determinismo *natural* da violência, especialmente contra mulheres, negros e lgbtqi+. É por essa perspectiva que entendemos os testemunhos de violência doméstica divulgados na internet pelo coletivo Filhas de Frida. Ao testemunhar, as mulheres estão denunciando e revelando práticas de violência, agindo contra um sistema que tira suas vidas, suas identidades e seus direitos como sujeito. O engajamento coletivo promovido pela campanha e a segurança garantida às mulheres de terem seus relatos divulgados no anonimato as movem a enunciarem suas experiências de violência e garantem uma segurança que muitas não têm ao denunciarem seus companheiros para os órgãos do Estado, por exemplo. Estão agindo para não deixarem que se esqueça de que a violência contra mulheres é um problema social e cabe a toda sociedade buscar combatê-lo. Bocchi (2017, p. 65) reforça também a relevância de essas práticas acontecerem na internet. Ela diz que a prática da cibermilitância se constitui como prática política porque narra, denuncia, esclarece e conscientiza outros sujeitos sobre problemas de violência.

Para os processos de significação, pela ótica da AD, é necessário remeter o discurso à sua exterioridade, ou seja, às suas condições de produção, as quais possibilitam que pensemos o sentido através do processo histórico, que, por sua vez, afeta os sentidos e a materialidade

linguística (PERON, 2017, p. 37). Orlandi (2015, p. 28) diz que as condições de produção compreendem o sujeito e a situação, podendo ser consideradas em sentido amplo – o contexto sócio-histórico e ideológico de produção do discurso – e no sentido restrito – o contexto imediato. Nos discursos que compõem nosso *corpus*, temos como condições amplas de produção todo contexto social, histórico, político e ideológico de organização da nossa formação social que está pautada em valores patriarcais, machistas e conservadores em relação à liberdade individual das mulheres de exercerem seus direitos. Esse processo histórico de inferioridade e subordinação em que as mulheres foram colocadas, ao longo dos anos, abriu portas para a natural reprodução da violência. As condições de produção em sentido estrito, ou seja, o contexto imediato em que são produzidos os discursos em análise, dizem respeito à intervenção proposta pelo coletivo Filhas de Frida divulgada através dos sites de redes sociais, podendo circular de forma ampla e pública entre usuários que têm acesso à internet.

Destacamos, anteriormente, que nosso *corpus* discursivo foi selecionado do site do coletivo Filhas de Frida, o que significa que ele faz parte de uma materialidade disponível na internet e que circula no ambiente virtual. Ainda em relação às condições de produção do discurso, cabe salientarmos a peculiaridade de analisarmos uma materialidade disponível nos novos ambientes que surgem com a internet. O crescente aumento de acesso à internet vem possibilitando os usuários da rede se deparem com as mais diversas materialidades: filmes, vídeos, imagens, revistas virtuais, blogs, sites de redes sociais, etc. As diversas materialidades que surgem com a expansão do mundo virtual abrem espaço, também, para novas discursividades (GRIGOLETTO, 2010) que compõem a heterogeneidade constitutiva do espaço virtual (GRIGOLETTO, 2011). O espaço virtual se coloca como campo possível de observação do funcionamento de diferentes discursos, os quais podem ser objeto de reflexão da AD.

A materialidade que compõe nosso estudo está disponível no espaço virtual, no site Filhas de Frida. Nesse site, vinte e seis mulheres se dispuseram a compartilhar suas histórias de violência doméstica, de modo anônimo, formando uma rede de apoio para outras mulheres que vivem a mesma situação, com o intuito de resistir à violência e combatê-la através do compartilhamento de suas histórias, tão diversas entre si, mas que se encontram pela violência. A divulgação da iniciativa proposta pelo Filhas de Frida foi colocada nos sites de redes sociais do coletivo, possibilitando que um número significativo de pessoas interagisse com as plataformas digitais e tivesse acesso à campanha. Essas iniciativas podem ganhar um enorme alcance sendo divulgadas no espaço virtual. Se tivéssemos essa campanha divulgada

em outros meios de comunicação como jornais ou revistas impressas, será que teríamos a participação de tantas mulheres como tivemos através da internet? Talvez as condições de produção que o espaço virtual possibilita, como a segurança de anonimato, seja uma das vantagens observadas pelas mulheres para relatarem suas experiências de violência. Nosso intuito não é de analisar o funcionamento do site do coletivo Filhas de Frida, mas a materialidade divulgada por ele em forma de relatos escritos por mulheres vítimas de violência doméstica. Por estarem presentes no ambiente virtual, não podemos ignorar o fato de que suas condições de produção acarretam um sentido particular, diferentemente do sentido que teriam se fossem relatos oriundos de entrevistas ou disponíveis em outros espaços que não o da internet. Dito isto, passaremos adiante para a apresentação dos relatos-testemunhos.

De todos os 26 relatos-testemunho, três foram escolhidos para compor nosso *corpus* discursivo. É importante salientar que, dos vinte e seis testemunhos disponíveis na página, dois são de relações entre duas mulheres - o que pode indicar a presença da violência também entre mulheres, em relações homoafetivas - e o restante de relações entre homem e mulher. Por serem a maioria dos relatos-testemunho, optou-se por eleger para análise aqueles pertencentes às relações heteroafetivas.

Descrição e interpretação do *corpus*

Nesta seção, faremos a descrição e a interpretação do *corpus* selecionado para a discussão. Nosso objetivo é de analisar o funcionamento das palavras *lixo*, *vagabunda*, *piranha*, *puta* e *louca* presentes em três sequências discursivas que recortamos dos relatos-testemunhos. Neste momento, repetiremos as SD em que os adjetivos aparecem para, em seguida, analisar seus funcionamentos.

Antes de adentrarmos na análise propriamente dita, é necessário fazer alguns esclarecimentos. As palavras a serem analisadas, embora sejam classificadas na gramática normativa e no dicionário como substantivos, nosso gesto de interpretação as entende como adjetivos, uma vez que funcionam para caracterizar, qualificar e determinar um referente específico que é a mulher. Além disso, sintaticamente, tais elementos lexicais colocam-se em posição referida ao predicativo do sujeito e ao predicativo do objeto, ou seja, qualificam elementos sintáticos da oração que não estão cumprindo a função sintática de sujeito da oração. Dessa forma, são termos que se deslocam de uma classe gramatical para outra, e esse movimento produz efeitos semântico-discursivos. Por essa razão, entendemos que nossa análise se inscreve em torno do funcionamento dos adjetivos materializados nas SD.

Dessa forma, nos parece importante entender como os adjetivos são entendidos pela gramática e no âmbito discursivo em que está a AD. Na tradição gramatical, os adjetivos são a classe de palavras que têm a função de delimitar, especificar e modificar um substantivo, atribuindo-lhe uma característica ou qualidade. É, portanto, um elemento determinante do substantivo a que se refere (BECHARA, 2009; CUNHA; LINDLEY, 2017). Levando em consideração o caráter modificador do adjetivo na gramática, quando voltamos nosso olhar para seu funcionamento discursivo, não podemos deixar de fora algumas considerações acerca da carga ideológica que assume em dada formação discursiva.

Quando deslocamos a função dos adjetivos da tradição gramatical para o seu funcionamento discursivo de base materialista de que trata a AD, é necessário levar em consideração as circunstâncias em que dado adjetivo é dito, pois isso pode acarretar sentidos diversos, visto que, para a AD, o sentido não está preso à palavra, mas é construído sob condições sócio-histórico-ideológicas. Isso significa considerar, para o entendimento do seu sentido, as formações discursivas em que o adjetivo circula e a posição assumida pelo sujeito que enuncia no interior de dada FD.

A gramática nos diz que o adjetivo “essencialmente é o modificador do substantivo” (CUNHA; LINDLEY, 2017, p. 259). Essa modificação feita por ele acarreta efeitos de sentido diversos, visto que, para o entendimento da sua significação, não basta apenas atribuir uma qualidade ou característica a um referente da frase, mas considerar o porquê de determinado adjetivo estar se referindo a certos substantivos e como isso significa em termos sócio-histórico-ideológicos.

Quando um homem qualifica uma mulher como *puta*, *piranha* ou *louca*, não se trata de simplesmente entender que está atribuindo a ela tais características, mas de compreender o funcionamento ideológico que o autoriza a colocar tais palavras em circulação, pois, ao fazê-lo, está assumindo uma posição em uma formação discursiva em que circulam dizeres depreciativos relacionado às mulheres. Em outras palavras, há uma posição política, ideológica e de classe a partir da qual é possível formular enunciados em que as mulheres (ou, nos casos analisados, as próprias companheiras) são referidas como loucas, piranhas, putas. Esse espaço possível de formulação presente no interdiscurso precisa ser objeto da nossa investigação.

Para nos apoiarmos teoricamente sobre a questão discursiva dos adjetivos, recorreremos a Indursky (2013). A autora desenvolve a noção de determinação discursiva dos adjetivos para entender de que forma eles produzem sentido e se relacionam com o discurso. Partindo da determinação discursiva, o adjetivo, segundo Indursky (2013, p. 215), “pode funcionar

como um elemento capaz de saturar o substantivo, constituindo-se em um determinante discursivo”, ou seja, se torna um determinante capaz de promover a identificação entre o dito e a FD que afeta o sujeito do discurso.

Segundo Indursky (2013), diferentemente da determinação linguística, que é semântica e sintática, à determinação discursiva acrescenta-se o nível ideológico. Dessa forma, o determinante discursivo evidencia a posição ideológica assumida pelo sujeito na FD que o afeta. O sujeito, partindo da sua posição identificada com determinada FD, é levado a saturar o sentido do substantivo a que se refere para completá-lo semanticamente, marcando sua posição ideológica no dizer a partir do determinante discursivo. O adjetivo vai ser saturado de sentido na formação discursiva em que circula, por isso limita sua significação a determinada rede de saberes.

Indo adiante em sua reflexão sobre a determinação discursiva dos adjetivos, Indursky (2013, p. 218) menciona a diferença entre um determinante linguístico e um determinante discursivo. Nas palavras da autora, “a determinação linguística qualifica uma expressão a ocupar um lugar na estrutura frasal, enquanto a determinação discursiva qualifica a expressão a ocupar um lugar em um discurso específico”; assim, na determinação discursiva, o adjetivo – ou determinante discursivo – satura um elemento para limitar sua extensão a fim de qualificá-lo em um dizer ideologicamente marcado no interior da FD que afeta o sujeito do discurso.

A determinação discursiva é um efeito no qual intervêm conjuntamente fatores semânticos, sintáticos e ideológicos. Ela constrói um “referente discursivo determinado pela FD que afeta o sujeito da referida construção” (INDURSKY, 2013, p. 217). Como se relaciona com uma determinada rede de saberes, ela é, portanto, ideológica, já que se relaciona com a posição assumida pelo sujeito no interior de uma FD. Ao desenvolver a discussão sobre a determinação discursiva, a autora ressalta a necessidade de pensá-la a partir de três níveis: o nível intradiscursivo, em que o dito é plenamente determinado, colocando o limite do dizer; o nível intersequencial, em que as determinações intradiscursivas evidenciam a construção de um processo discursivo; e o nível interdiscursivo, no qual há uma relação entre o intradiscurso e o interdiscurso, colocando o dito em confronto com o não-dito.

Consideramos que os adjetivos analisados em nosso *corpus* são determinantes discursivos pertencentes ao nível intradiscursivo, pois é dito na sequência discursiva e relaciona-se com a FD machista e conservadora, que invade o dizer das mulheres que testemunham a experiência da violência doméstica, marcando uma posição ideologicamente antagônica à posição ocupada pela mulher em diferentes formações discursivas.

Os determinantes *lixo*, *vagabunda*, *piranha*, *puta* e *louca* estão saturados por uma evidência de sentido, produzida pela ideologia patriarcal, que os coloca numa sequência discursiva afetada por uma FD conservadora e machista que comporta posições-sujeito específicas. Sabendo que as formações discursivas são determinadas pelo complexo das formações ideológicas, constata-se, portanto, que o determinante discursivo tem caráter ideológico, marcando no discurso a posição assumida pelo sujeito que os utiliza.

Observemos a primeira sequência recortada para análise, denominada SD1-RT1.

SD1-RT1: *Mais alguns meses (já sem amigos, longe da família e totalmente dependente dele emocional e financeiramente) as agressões psicológicas começaram. Era: lixo, vagabunda, piranha, entre outros. Ele me culpava por tudo, me diminuía, dizia que sem ele eu não conseguiria nada.*

O sentido produzido, inicialmente, pelos adjetivos *lixo*, *vagabunda* e *piranha* para qualificar a mulher nos direciona para um imaginário que designa lugares muito particulares para o gênero feminino e, por meio da sua inscrição na língua, revela a imagem que o outro tem em relação à mulher, especificamente, sua companheira. O lugar discursivo ocupado pelo homem que qualifica a mulher utilizando esses determinantes discursivos é sustentado por uma posição-sujeito dominante em relação ao gênero feminino e inscrito em uma formação discursiva que permite que isso seja dito. Trata-se de uma FD conservadora e machista, que comporta sujeitos identificados ideologicamente com saberes que reforçam estereótipos de feminilidade, colocando no fio do discurso sentidos saturados sobre as formas de comportamento feminino.

Ao caracterizar a mulher como *lixo*, o sujeito coloca em funcionamento um substantivo para exercer a função de um adjetivo, já que *lixo* está qualificando a mulher. No interior dessa mesma FD conservadora e machista, poderia ser dito *A minha mulher é um lixo*, designando algo que pode ser descartado, que não tem utilidade, atribuindo à mulher o lugar de um objeto descartável e sem valor. É como se ele dissesse para sua companheira, repetidas vezes: *Você é um lixo* ou *Você é lixo*. Na função sintática de predicativo do sujeito, o substantivo ganha o funcionamento que o aproxima do sujeito, que o liga ao sujeito sintático; o sujeito sintático estabelece referencialidade com a mulher que produz o relato. Logo, existe um gesto metafórico que liga a mulher ao lixo através daquilo que é formulado pelo homem (ou seja, através daquilo que é possível ser dito pelo homem).

Vagabunda e *piranha* têm funcionamentos parecidos, sendo utilizadas como sinônimos no dicionário (MICHAELIS, 2015). Ambos os termos são colocados no dicionário com sentido pejorativo quando relacionados ao substantivo mulher, ou seja, no sentido de depreciar, de não valorizar. Seu sentido dicionarizado indica mulheres imorais – aquelas que têm muitos parceiros sexuais – apontando, discursivamente, para um lugar social marginalizado, ocupado por mulheres que não atendem ao imperial modelo de feminilidade construído pela sociedade capitalista e patriarcal. São mulheres que não atendem ao ideal de pureza, largamente defendido em discursos de instituições como a Igreja e a Família.

Interessante de trazer para a discussão é a alteração que o termo *vagabunda* sofre ao ser caracterizado como adjetivo feminino. Se olharmos o dicionário (MICHAELIS, 2015), *vagabundo* refere-se àquele que anda sem destino, que é malandro, desocupado, etc. Se observarmos o verbete *vagabunda*, o sentido é outro. Refere-se à mulher vadia, aquela que anda com muitos parceiros, que leva uma vida amoral. Sabemos que os dicionários funcionam como instrumentos linguísticos que formulam os sentidos naturalizados das palavras, oriundos dos saberes dominantes de uma determinada formação social; no entanto, entendemos, com base na AD, que é impossível manter uma relação de transparência entre palavra e sentido, já que o sentido de uma palavra ou expressão é “determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico” (PÊCHEUX, [1975] 2014b, p. 146) no qual elas são produzidas.

Essas posições ideológicas estão inscritas nas formações ideológicas, que comportam as formações discursivas, e estas são regiões de saberes que organizam o interdiscurso. Isso significa que, discursivamente, quando um sujeito se refere a uma mulher como *vagabunda*, aponta para um saber disponível no interdiscurso e que ganha sentido ao ser vinculado a uma posição ideológica no interior de uma dada formação discursiva. Os sentidos disponibilizados no dicionário sobre *vagabunda* estão no interdiscurso e se materializam sob a forma do pré-construído, o qual funciona produzindo sentidos evidentes sobre o que é ser uma *vagabunda* na nossa formação social. Em uma posição ideológica identificada com saberes hegemônicos sobre o que é ser mulher, é *natural* referir-se a uma mulher como *vagabunda* se ela tem determinados comportamentos que não correspondem ao imaginário reproduzido pela ideologia dominante cisheteropatriarcal.

São dizeres construídos socialmente, pelo sistema patriarcal, para inferiorizar a mulher que não obedece aos padrões conservadores de feminilidade defendidos nos discursos dominantes de aparelhos ideológicos do estado como a Igreja e a Família, principalmente. São dizeres legitimados e reproduzidos por discursos dominantes, contribuindo, dessa forma, para

a permanência do imaginário de feminilidade há tanto construído e que serve de justificativa para o exercício de violência contra a mulher.

A mulher relata o imaginário do outro – que está identificado com a FD dominante – sobre seu próprio comportamento. Imaginário sustentado pela formação social patriarcal em que a *verdadeira* mulher só pode ser aquela que corresponde ao imaginário determinado pelos ideais de feminilidade.

SD2-RT2: Até que ele fez eu me afastar dos meus amigos e da minha família, até que ele começou a me bater, até que ele vivia a vida normalmente e sua justificativa é que ele era bom então podia e eu era malvada e não deveria, até que ele me trancava em casa, até que ele me traía, até que ele me colocava como louca e eu acreditava, até que ele me proibiu de beber, não me deixava falar em público.

Nesta SD, o objetivo é entender o sentido produzido pelo adjetivo *louca* e pela construção *até que* presente com regularidade no início dos períodos que compõem os testemunhos de violência. Para tanto, iniciaremos analisando a construção *até que ele me colocava como louca e eu acreditava*, focando no efeito de sentido produzido por *louca* e, a seguir, discutiremos o funcionamento de *até que*.

A mulher relata que ele a colocava como louca, fazendo- a acreditar nisso. Partindo da construção *até que ele me colocava como louca e eu acreditava*, entendemos que nela funciona um processo de argumentação do outro, que acaba convencendo a mulher de que ela é louca. Para entender o processo de argumentação pelo viés discursivo, recorreremos à proposta de Orlandi (1998), segundo a qual a argumentação é vista a partir do processo histórico-discursivo no qual as posições dos sujeitos são constituídas. Isso significa que o sujeito produz sua argumentação a partir da posição sócio-histórico-ideológica que ocupa ao ser interpelado pela ideologia. Os argumentos são, portanto, “produtos dos discursos vigentes, historicamente determinados” (ORLANDI, 1998, p. 78). Dessa forma, ao chamar a mulher de louca na tentativa de convencê-la disso, o sujeito argumenta a partir da posição ideológica que assume no interior da FD que o afeta.

Além de evidenciar sua posição ideológica através da argumentação, ao chamar a mulher de *louca*, o sujeito-falante coloca em circulação a evidência do sentido de que o homem sempre tem razão, imaginário produzido pela ideologia dominante em que o gênero masculino ocupa um lugar social de prestígio. A ideologia trabalha para tornar esses sentidos *naturalizados* e evidentes, fazendo a mulher acreditar que o homem está certo, que ela é

mesmo louca, como mostra a construção *e eu acreditava*. No entanto, ao mesmo tempo em que a mulher inscreve no simbólico as marcas do funcionamento da ideologia dominante, ao relatar seu testemunho de violência, já o faz colocando o verbo *acreditar* no tempo passado, indicando uma desidentificação com a forma-sujeito que antes a interpelava e marcando sua posição de resistência, colocando no discurso o indicativo de que “não há dominação sem resistência”, conforme afirmou Pêcheux ([1975] 2014b, p. 281).

Diante do determinante discursivo *louca*, nos perguntamos: que é ser louca? Louca, na área da psicologia, designa a pessoa que possuiu um quadro de insanidade mental, caracterizado como loucura. É uma condição de saúde mental que ultrapassa aquilo que é considerado *normal* pela sociedade. Ao utilizar *louca* para caracterizar a mulher com quem possui um relacionamento, o sentido que se produz é outro. O efeito de sentido provocado por *louca*, neste caso, designa a mulher que confronta; que não se deixa manipular, que resiste. Chamar uma mulher de louca, numa relação em que há violência, a partir da posição assumida pelo sujeito— que é uma posição-sujeito identificada com a ideologia dominante em relação à mulher — evoca sentidos que materializam a dissimetria das relações de força estabelecidas entre o homem e a mulher.

A relação de força estabelecida entre homens e mulheres na sociedade patriarcal coloca o homem como ser privilegiado em relação ao gênero. É ele quem detém a palavra, ele quem detém o controle sobre o relacionamento e a vida da mulher. Quando a mulher resiste a essa lógica imperativa pelo patriarcado, as relações de força são estremecidas, já que ela tenta se colocar em iguais condições que o homem. É nesse cenário que o determinante discursivo *louca* ganha sentido. O homem, ao sentir que pode ter sua autoridade questionada ao ver a autonomia da mulher em ter suas opiniões, inscreve no simbólico sua posição privilegiada para descaracterizar e desvalorizar a vontade da mulher, colocando-a no papel de louca, daquela que não sabe o que diz: quem sabe o que diz é o próprio homem.

Há um comportamento de resistência por parte da mulher que é caracterizado como *loucura* pelo outro, colocando em evidência que a relação de forças que existe entre as posições se inscreve na língua, materializando-se no discurso.

Para além do funcionamento de *louca*, a construção *até que* presente no início de cada período desta SD também é parte do nosso gesto interpretativo. Nos interessa analisar o efeito de sentido produzido pelo excesso (ERNST, 2009) em que a referida construção linguística é materializada no discurso. Para isso, compreendemos o excesso como “estratégia discursiva que se caracteriza por aquilo que está demasiadamente presente no discurso” (ERNST, 2009, p. 4). Ele pode se materializar pelo uso de incisivas e de intensificadores ou, também, pela

repetição de palavras ou expressões e orações. Conforme a autora, tais usos “constituem-se em ‘acréscimo necessário’ ao sujeito que visa garantir a estabilização de determinados efeitos de sentido em vista da iminência (e perigo) de outros a esses se sobrepirem” (ERNST, 2009, p. 4).

Cada oração iniciada por *até que* está separada por vírgula, indicando, gramaticalmente, que esta SD está formulada por um período composto coordenado por vírgula. Dessa forma, é possível pensar que este período, colocado de modo coordenado, indica uma sucessão de ações que serão introduzidas pelos verbos da oração. Mas, afinal, o que isso significa discursivamente?

Os sentidos evocados por essa construção na materialidade do discurso das mulheres apontam para um encadeamento de ações sofridas por ela de forma crescente, ou seja, de modo que iam evoluindo progressivamente. Além de testemunhar o avanço das agressões sofridas, a mulher coloca em evidência, na materialidade, o agente da violência na forma do pronome *ele*, que segue, com regularidade, a construção *até que*.

Pelo dito, o sentido aponta que a violência acontece de forma progressiva, como se fosse uma escada que a cada degrau leva a um nível mais alto. Primeiro ele a afasta dos amigos e da família; depois, ele a agride fisicamente; em seguida, ele a tranca em casa, a trai, a chama de louca e a proíbe de beber e falar em público. Apesar de a materialidade apontar uma sequência de atitudes violentas sofridas pela mulher, devemos levar em consideração que, na prática, elas podem acontecer simultaneamente. No entanto, o sentido produzido pelo discurso aponta para o agravamento dessas atitudes, que, na maioria das vezes, começam de forma sutil, e podem, inclusive, terminar em feminicídio.

O efeito de sentido que se produz, considerando a forma progressiva como a violência é testemunhada pela mulher, é de que a violência não termina: ela atinge níveis mais altos a cada vez que a mulher tenta romper com os padrões impostos pela hegemonia masculina. Na linguagem se produz a evidência da disparidade das relações de força estabelecida entre os gêneros na estrutura da sociedade capitalista e patriarcal, destacando o lugar social que, na ideologia dominante, devem estar o homem e a mulher.

SD3-RT3: *E sempre ele era muito possessivo, me afastou dos meus amigos, eu não podia falar com ninguém. Chamava-me de puta na frente dos outros no meio da rua e a culpa era minha, por ter tido outros relacionamentos antes dele. (...) perdi o emprego porque nessas brigas com ele eu acabava faltando muito porque ele não me deixava sair de casa.*

Nesta SD, a construção *chamava-me de puta* coloca em jogo a presença de um outro, um sujeito oculto, mas determinado pela desinência verbal, indicando a pessoa verbal. Temos, então, a presença do pronome *ele*, implícito na oração, mas revelado pelo verbo. *Ele me chamava de puta*. Se *ele* a chamava de puta, é porque esse sujeito assume uma posição para enunciar no interior de uma formação discursiva que se identifica com dizeres depreciativos em relação à mulher, ligados a uma rede de discursos ideologicamente dominantes.

A partir da posição assumida para enunciar, o sujeito que se refere à mulher como puta, materializa, por meio da língua, seu imaginário em relação à mulher que teve ou tem outros parceiros. Faz circular o pré-construído de que a *mulher que tem ou teve outros parceiros é puta*, colocando em disputa os já-ditos relacionados ao papel casto e puro que os ideais de feminilidade esperam que a mulher atenda e o lugar marginal em que são colocadas as mulheres que não correspondem aos padrões desejados. Além disso, chamar uma mulher de puta por ter tido relacionamentos anteriores resgata discursos que defendem o controle sobre o corpo da mulher e da sua sexualidade. A mulher tem que ser de um homem só, senão é puta. É preciso censurar o prazer feminino para construir um ideal de *pureza*. Na estrutura de uma sociedade capitalista e patriarcal, é necessário que as mulheres satisfaçam aos padrões das classes dominantes para que ela siga detendo todos os meios de controle e exploração das classes dominadas.

A puta tem um lugar marginalizado no sistema de classes. A mulher que faz sexo por prazer e que tem controle sobre o próprio corpo não é valorizada pelo sistema. A colocação dessas mulheres no lugar social marginalizado na nossa formação social é o resultado de discursos difundidos pelos AIE nos quais se realiza a ideologia da classe dominante. Esses sentidos relacionam-se com os discursos proferidos pela Igreja e que, ao longo dos anos, foram ganhando espaço no interior dos núcleos familiares, na Escola e, também, no Estado.

Na concepção althusseriana, a Igreja é uma instituição que funciona como um AIE religioso, comportando o sistema das diferentes Igrejas (ALTHUSSER, 1970, p. 43). Pêcheux ([1975] 2014b, p. 131), quando desenvolve sua discussão sobre a ideologia, sob as bases das formulações de Althusser sobre os Aparelhos Ideológicos do Estado, diz que “a ideologia da classe dominante não se torna dominante pela graça do céu”, o que significa que a ideologia se torna dominante porque é uma prática que se realiza nos AIE: “eles são seu lugar e meio de realização”, alertou Pêcheux, e não uma simples expressão da ideologia da classe dominante. Nesse sentido, a forma como a ideologia dominante é praticada no interior de um AIE é que a tornará dominante, conforme afirmou Pêcheux ([1975] 2014b, p. 131), “é pela instalação dos

aparelhos ideológicos de Estado, nos quais essa ideologia [a ideologia da classe dominante] é realizada e se realiza que ela se torna dominante...”.

Levando em consideração as afirmações de Pêcheux ([1975] 2014b), podemos entender que a Igreja age reproduzindo a ideologia dominante que designa à mulher um lugar secundário e inferior na estrutura social, porque coloca em prática discursos que satisfazem a uma determinada classe, a um determinado gênero e a uma determinada raça: a classe mais favorecida economicamente, o gênero masculino e a raça branca. Não podemos descartar que, no interior de uma teoria materialista do discurso, a luta de classes é fundamental para a compreensão dos sentidos e do funcionamento da ideologia.

A sociedade ocidental está estruturada, fundamentalmente, nos princípios do Cristianismo e muitas das concepções defendidas pela igreja cristã ainda continuam sendo reproduzidas pela ideologia dominante. Embora alguns ideais cristãos já tenham sido transformados ao longo das décadas, alguns fundamentos em relação às mulheres seguem produzindo efeitos. Bechtel (2001), partindo de uma perspectiva histórica, traz reflexões importantes que apontam para o papel da mulher na religião cristã desde o princípio da Era cristã. O imaginário de mulher, que prevaleceu no discurso cristão, segundo Bechtel (2001), foi formulado pelos clérigos da igreja e trazia a mulher como origem do pecado, como fracasso da criação. Além disso, por ter sido criada depois de Adão, Eva deve estar subordinada a ele, ou seja, à mulher cabe o papel secundário, inferior, da culpa e do pecado.

Já que a mulher é origem do pecado, é preciso, então, controlá-la. Reduzi-la a um objeto que todos possam controlar para manter um ideal de pureza e bem-estar para todos (principalmente dos homens). Betchel (2001, p. 136) diz que “La mujer, peligro espiritual y material, siempre fue denunciada como el origen de la caída del hombre por culpa de sus vicios permanentes. Única solución propuesta: desconfiar eternamente de ella y limitar al máximo su contacto”⁷.

Cria-se, então, nos discursos religiosos, uma *natural* inferioridade das mulheres, legitimada pelos clérigos e justificada pela Bíblia. Ao longo dos anos, esses saberes ultrapassaram o núcleo religioso e chegaram até as famílias, outro aparelho ideológico fundamental para a reprodução de discursos hegemônicos sobre as mulheres.

O modelo de mulher perpetuado pela Igreja ao longo dos séculos ainda é convocado nos discursos por sujeitos ideologicamente identificados com o saber dominante. São dizeres

⁷ Tradução livre: A mulher, perigo espiritual e material, sempre foi denunciada como a origem da queda do homem por culpa dos seus vícios permanentes. Única solução proposta: desconfiar eternamente dela e limitar ao máximo seu contato.

que interpelam os sujeitos e os convocam a assumir um lugar na formação social. Há, no caso do nosso *corpus*, um sujeito identificado com os saberes hegemônicos sobre as mulheres, que o coloca em prática tanto no nível do simbólico, através da língua, como no nível prático, agindo de maneira violenta, agredindo a mulher fisicamente, sendo respaldado por discursos dominantes que legitimam seus atos em virtude da masculinidade.

Quem atribuiu às mulheres o lugar de *vagabunda*, de *puta*, de *piranha*, de *lixo* ou de *louca*? Esses lugares foram construídos pelo próprio sistema capitalista e patriarcal que estrutura nossa sociedade, inscrevendo a ideologia dominante na ordem do simbólico através de discursos difundidos nos AIE e estão inseridos no interior daquilo que Pêcheux ([1969] 2014a) chamou de relação de forças. Essa noção considera o lugar a partir do qual o sujeito fala para conferir um sentido ao que é dito. Desse modo, o lugar ocupado pelo sujeito será determinante daquilo que ele diz. Considerando as relações de força como um pressuposto para pensar o gênero na perspectiva com a qual a AD trabalha, aquilo que é dito por uma mulher não terá o mesmo significado se esse mesmo dizer for enunciado por um homem. Isso se deve ao fato de que, na nossa formação social, a ideologia cisheteropatriarcal é dominante, conferindo aos homens um lugar de prestígio nas relações sociais. À lógica capitalista-patriarcal interessa que haja uma divisão entre as *verdadeiras* mulheres, aquelas que atendem aos ideais tradicionais de feminilidade, e as *outras*, aquelas que resistem ao sistema imposto, lutando por sua autonomia, seus direitos e seus corpos. A partir disso, lugares como *puta*, *vadia* e *louca* são construções sociais referentes àquelas mulheres que o sistema ignora, que não servem para a lógica de reprodução da exploração dos ideais dominantes, servindo de exemplo de como não se deve ser.

O próprio sistema criou uma classe de mulheres marginalizadas socialmente, já que não servem para a lógica de reprodução da exploração capitalista. Para o sistema patriarcal, as verdadeiras mulheres são aquelas que contribuem para a manutenção do sistema explorador com sua força de trabalho não-remunerada no cuidado do lar e dos filhos. O sistema legitima, reproduz e defende os discursos que exaltam a verdadeira mulher, ao mesmo tempo que as explora e as exclui.

Todo esse imaginário dominante do que seja a verdadeira mulher relaciona-se com discursos que já foram ditos antes, uma vez que “não há discurso que não se relacione com outros” (ORLANDI, 2015, p. 37). Dessa forma, considerando as condições de produção sócio-histórico-ideológicas em que os discursos são produzidos, esse imaginário retorna nos dizeres dos sujeitos, sendo fruto do processo de interpelação ideológica ao qual estão sempre submetidos. Podemos dizer, portanto, que a ideologia trabalha produzindo as evidências sobre

o que é ser mulher, convocando os indivíduos a se identificarem com ela, fazendo permanecer um universo semanticamente estabilizado sobre o comportamento feminino que atende à lógica dominante de exploração e opressão entre os gêneros que, muitas vezes, é reproduzida em instituições como a Igreja e a Família.

Chamar uma mulher de puta por não atender às expectativas da feminilidade esperada pela sociedade estruturada nos moldes patriarcais, machistas e conservadores coloca em evidência uma posição-sujeito ideologicamente afetada por uma rede de saberes em que esse dizer pode e deve ser dito.

Considerações finais

A fim de produzir um efeito de fechamento para a presente reflexão, temos algumas considerações finais a serem feitas. Os determinantes discursivos, conforme conceituamos os adjetivos a partir do seu funcionamento discursivo, qualificam o substantivo mulher, saturam seu sentido, fazendo retornar sentidos já estabelecidos sobre a mulher, colocando no fio do discurso uma posição sujeito que se filia a uma formação discursiva de saberes machistas e conservadores em relação ao comportamento das mulheres.

Com base nas análises desenvolvidas, podemos lançar uma proposta de configuração das formações discursivas em jogo nos processos de significação aqui expostos. Entendemos o funcionamento de duas formações discursivas antagônicas a partir das sequências discursivas analisadas: uma delas é a FD de resistência, em que as mulheres testemunham seus relatos de violência e ocupam um lugar de desidentificação em relação ao discurso dominante; por outro lado, existe a FD dominante, afetada por saberes machistas e conservadores, que interpela um outro sujeito, identificado ideologicamente com o discurso dominante em relação à mulher. O que constatamos, ao longo das análises, a partir do efeito de sentido produzido pela materialidade linguística, é que, nas SD analisadas, o outro está “demasiadamente presente no discurso”, caracterizando o que Ernst (2009, p. 4) chamou de excesso. É dizer, portanto, que através da língua compreendemos qual é o imaginário do sujeito da FD dominante em relação à mulher, bem como qual é o pré-construído que sustenta seu dizer sobre o que é ser mulher. Dessa forma, é possível entender que o sujeito da FD dominante – que é a antagônica - identifica-se com a ideologia dominante da sua formação discursiva, ao contrário da mulher, que, pelo próprio ato de testemunhar sua experiência de violência, registra seu processo de desidentificação com essa ideologia, ocupando uma posição para enunciar no interior de uma formação discursiva de resistência.

Nesse sentido, os relatos-testemunhos de violência produzidos pelas mulheres colocam em circulação, nas sequências discursivas aqui analisadas, a partir do funcionamento dos adjetivos, o excesso do imaginário dominante do discurso do outro e o excesso do pré-construído que subjaz aos dizeres que vêm de um outro lugar, ditos por um outro sujeito, e que incidem no discurso das mulheres produzindo efeitos de sentido por meio dos determinantes discursivos *vagabunda, louca, lixo, piranha e puta*. A reprodução do imaginário dominante relacionado à mulher, aliado ao pré-construído que sustenta o dizer do sujeito da FD dominante, que está sendo afetado por saberes machistas e conservadores, produz um efeito de legitimação da violência praticada contra as mulheres, uma vez que são dizeres disponíveis e permitidos por tal formação discursiva.

Referências

ALTHUSSER, L. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado**. São Paulo: Martins Fontes, 1970.

BECHARA, E. **Moderna Gramática Brasileira**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2009.

BECHTEL, G. **Las cuatro mujeres de Dios: la puta, la bruja, la santa y la tonta**. Traducción de Esther Andrés Gromaches, Ediciones B, Barcelona, 2001.

BOCCHI, A. A. O funcionamento discursivo de testemunhos de violência no parto: movimentos de sentido entre o jurídico e o equívoco. In: ZOPPI-FONTANA, M.; FERRARI, A. J. (Orgs). **Mulheres em discurso: Gênero, Linguagem e Ideologia – V.1**. SP, Pontes Editores, 2017.

CUNHA; C. LINDLEY, C. **Nova Gramática do português contemporâneo**. 7. ed. Rio de Janeiro, 2017.

ERNST, A. G. A falta, o excesso e o estranhamento na constituição/interpretação do corpus discursivo. IV SEAD, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <http://anaisdosead.com.br/4SEAD/SIMPOSIOS/AracyErnstPereira.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2021.

GRIGOLETTO, E. Do discurso político às novas tecnologias: um percurso sobre o objeto de estudo da Análise do Discurso. **Organon – Revista do Instituto de Letras da UFRGS**, v. 24, nº 48, 2010.

GRIGOLETTO, E. O Ensino a Distância e as Novas Tecnologias: o funcionamento do discurso pedagógico nos Ambientes Virtuais de Aprendizagem. **Eutomia – Revista Online de Literatura e Linguística**, v.1, n. 07, 2011.

INDURSKY, F. **A fala dos quartéis e as outras vozes**. 2. ed. São Paulo: Editora da Unicamp, 2013.

MARIANI, B. S. C. Testemunho: um acontecimento na estrutura. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo**. V. 12, nº 1, p. 48-63, 2016.

MICHAELIS. Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. São Paulo: Melhoramentos, 2015. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues>.

ORLANDI, E. P. Discurso e Argumentação: Um observatório do político. **Fórum Linguístico**, n. 1, p. 73-81, 1998.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso**: Princípios e Procedimentos. Campinas: Pontes Editores, 2015.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da Unicamp, 2014a, p. 59-106.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014b.

PERON, A. P. A produção de sentidos sobre a mulher-mãe em relatos de violência conjugal. In: ZOPPI-FONTANA, M.; FERRARI, A. J. (Orgs.) **Mulheres em Discurso**: Gênero, linguagem e ideologia – volume 1. Campinas: Pontes, 2017, p. 35-55.

RECUERO, R. **Redes Sociais na Internet**. Porto Alegre, Editora Sulina, 2009.

Sobre as autoras

Suzana Schmechel de Avila (Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0003-4548-4101>)

Possui graduação em Letras - Português e Espanhol pela Universidade Federal de Pelotas. Mestranda em Letras pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel), na linha de pesquisa Texto, Discurso e Relações sociais, em que se dedica a estudar Análise do Discurso de viés materialista. É Professora na EMEI Marília Poliesti.

Luciana Iost Vinhas (Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0003-1026-2277>)

Possui graduação em Letras-Português e Inglês pela Universidade Católica de Pelotas e Mestrado em Letras pela mesma instituição. É Doutora em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. É professora adjunta de Língua Portuguesa no Departamento de Línguas Clássicas e Vernáculas (DECLAVE) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e docente permanente no Programa de Pós-Graduação em Letras da UFRGS e, também, no Programa de Pós-Graduação em Letras da UFPel.

Recebido em fevereiro de 2022.

Aprovado em maio de 2022.